



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 02/17	Data: 05/06/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h12min

COLABORADOR
MARIA VALDIRA BEZERRA – membro da equipe de redação do <i>Jornal da Constituinte</i> .

SUMÁRIO
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.
Tópicos

1. A formação básica. 2. A vinda para Brasília. 3. O concurso na Câmara. 4. A carreira na Câmara. 5. A pós-graduação. 6. O trabalho na Assessoria de Comunicação. 7. O trabalho fora da Câmara. 8. A vivência da ditadura. 9. O surgimento do *Jornal da Constituinte*. 10. A rotina no *Jornal da Constituinte*. 11. As pautas do *Jornal da Constituinte*. 12. A equipe do *Jornal da Constituinte*. 13. A matéria sobre a pena de morte. 14. Os limites do *Jornal da Constituinte*. 15. Os veículos de divulgação da Constituinte. 16. A ética na Comunicação. 17. A divulgação da Constituinte. 18. O processo, os debates e os temas da Constituinte. 19. O Centrão. 20. Ulysses Guimarães. 21. O parlamento ontem. 17. Avaliação da Constituição. 18. Servidora da Câmara.

1. A formação básica

Fiz o primário em Crateús¹. Depois fiz o exame de admissão² e fui estudar o ginásio em Fortaleza. Naquele tempo era o ginásio. Fiz o segundo grau em Salvador. Tinha uma tia minha, que era freira que morava lá, tinha mais possibilidade. A minha avó queria que eu fosse fazer Medicina. Eu sabia que não ia fazer Medicina, mas disse que ia, porque não queria perder a oportunidade. Queria me expandir, queria depois fazer uma faculdade. Meu pai disse: “*Vai fazer o segundo grau lá*”. Segundo grau, não, chamava-se científico. Eu fiz o científico e o clássico em Salvador. “*Mas depois volta para casa, vai fazer um concurso de professora e vai ser professora*”.

Era esse o ideal, era o objetivo de todo mundo lá. Não queria isso para mim. Sempre li muito, desde quando me alfabetizei em casa, com meu irmão, antes de entrar para a escola, com quatro anos de idade. A partir dessa idade, lia sem parar.

¹ Crateús – CE.

² Exame de Admissão ao Ginásio. V. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, mantido pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, sendo revogado pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.



Quando eu era menor, dava aula, por absoluta falta de professores. Eu tinha uma licença especial, uns dois anos que eu passei lá, porque sempre estudei fora. Estudei em Fortaleza, em Salvador e, depois, em Brasília. Durante dois anos, eu fiquei em Crateús, minha cidade. Eu dava aulas de Português, Francês, Inglês e Educação Física, para homens e mulheres. Durante as férias, o MEC oferecia um programa intensivo. Eram oito horas de curso por dia. Eu sempre “cantava” meu pai até ele me deixar fazer isso. Abria-se essa licença especial exatamente para poder servir o interior do País, onde havia muita falta de professor.

Fui ser professora de Francês porque lá em casa tinha um dicionário antigo de Francês de minha mãe. Eu estudava o dicionário. Estudei o dicionário todinho. Tenho muita facilidade para Francês, e fui professora de Francês depois. Dei aula de Inglês também, a mesma coisa.

2. A vinda para Brasília.

Eu cheguei em Brasília exatamente em 1961, mas vi logo que não tinha a menor condição de morar aqui, porque só havia alguns apartamentos funcionais e os barracos de madeira na Cidade Livre, que hoje se chama Núcleo Bandeirante. Desci do avião em Brasília e pensei: *“Eu vou morar numa cidade boa, perto daqui, e depois venho ver mais devagar as condições para morar em Brasília”*. Peguei um ônibus e fui para Goiânia. Só transportei a bagagem do avião para o ônibus.

Vim fugida. Eu lia muito sobre Brasília, quando começou a história do Juscelino Kubistchek, de que ia mudar a Capital. Morava no interior. Nós somos do interior do Ceará, um sertão pobre. Somos 11 irmãos. Eu pensava assim: *“Nós temos que morar num lugar em que tenhamos oportunidade de trabalho, de estudo”*. Queria continuar meus estudos, porque tinha até o segundo grau; fiz o curso Normal, de professora primária. Inventei para meu pai que ia fazer um curso em Fortaleza, peguei o avião em Fortaleza e vim para Brasília. Aqui, fiz uma carta para ele explicando tudo, que não era por mal, dizendo qual era o meu objetivo.

3. O concurso na Câmara.

Fui para Goiânia. Lá, encontrei um primo, por acaso, que era jornalista e tinha vindo do Maranhão. Ele me deu a notícia: *“Minha prima, nós vamos estudar para*



fazer um concurso maravilhoso lá em Brasília, e nós vamos fazer para a Câmara dos Deputados”. “Mas, Napoleão, eu não tenho condição”. Ele disse. “Tem, sim. Nós vamos estudar, nós dois, e vamos estudar noite e dia, e nós vamos passar, e você tem mais condição de passar do que eu”. Aí eu disse: “Então, vamos”. E assim fizemos.

Virávamos a noite estudando. Mas não sabíamos, porque não havia ninguém para explicar, por exemplo, o que queria dizer “a segunda assembleia legislativa da primeira sessão legislativa”. Não sabia o que isso queria dizer. Então, decorava, assim como decorei o Regimento Interno. Eu o decorei todinho, sabia a página em que ficava determinado assunto, sabia até se era no começo, se era no meio, se era no final. Depois é que eu fui entender. Quando já estava trabalhando aqui é que fui entender aquelas coisas que havia estudado. Mas valeu ter estudado, é claro! As outras matérias eram Constituição, Português. Sempre gostei muito de leitura. O concurso foi muito difícil, muito rigoroso. Foi realizado no Rio de Janeiro e em Brasília. Eu o fiz aqui em Brasília. O meu futuro marido³, que também se tornou funcionário da Câmara, fez o concurso no Rio, mas só fui conhecê-lo aqui. Só nos aproximamos sete anos depois que estávamos aqui em Brasília.

4. A carreira na Câmara

Quando entrei na Câmara fui para a mecanografia. Eu tinha só o segundo grau. Cinco anos depois, houve um segundo concurso, público também, que eu fiz. Esse já era para o cargo de Oficial Legislativo. Passei a trabalhar no gabinete do MDB, depois fui assessora do Vice-Presidente do partido, que era o Deputado João Herculino⁴ — isso muito depois. E depois, quando eu me formei em Jornalismo pela Universidade de Brasília, eu pedi, então, ao Diretor-Geral para me lotar na seção de imprensa. Desde então, eu trabalhei o resto da vida só na imprensa.

Trabalhei também no *Correio Braziliense* — assim que eu me formei, procurei emprego lá, e fui empregada no mesmo dia — e aqui. Conciliava os dois trabalhos, porque jornalista tinha direito a somente cinco horas de trabalho. Fui conciliando os dois. Casei, tive filhos e tudo. Dá-se um jeito.

³ Affonso Waltencir Fabre

⁴ Deputado João Herculino (1927-2003). Mandatos: Deputado Federal, 1963-1967, MG, PTB; 1967-1971, MG, MDB; 1979-1983, MG, MDB; 1983-1987, MG, PMDB.



Na Câmara, trabalhei como repórter e redatora. Na minha seção, que era a Seção de Rádio — tudo dentro da Assessoria de Comunicação⁵ —, fazíamos *A Voz do Brasil*. Dávamos assistência no Plenário, ficávamos ouvindo os Deputados. Cada um ficava com uma parte da sessão e, depois, voltávamos para a nossa sala e redigíamos as notícias para *A Voz do Brasil*. Muitas vezes, a sessão era prorrogada, e o começo do programa já subia, para o locutor começar *A Voz do Brasil*, porque tinha hora marcada, e nós ainda estávamos terminando, ouvindo deputados, escrevendo a matéria e mandando rapidamente para sair no ar.

O mais difícil era quando pegávamos uma parte muito importante, como, por exemplo, a Ordem do Dia, uma votação mais polêmica, porque havia muitas discussões, e tínhamos que entender bem do assunto. Esta era a parte mais difícil: quando tínhamos que cobrir uma parte de votação. Mas trabalhei em todas as fases da sessão, desde o pinga-fogo⁶, que é o começo da sessão, até o encerramento. Fazia de tudo.

Às vezes, fazíamos o seguinte — e até aprendi isso com o meu marido: no Grande Expediente, por exemplo, são quatro oradores — eram quatro ou dois, não me lembro agora⁷. Eram discursos demorados, e sempre eram os assuntos mais importantes. Quando o Deputado estava na tribuna com o discurso escrito, eu chegava perto da tribuna, passava a mão nos papéis dele e lia, porque havia os apartes e tudo — mas o microfone sempre ficava ligado na sessão, porque podia haver algum aparte interessante —, e eu ia fazendo a matéria. Quando ele terminava, o meu trabalho já estava bem adiantado. Achava isso muito interessante. Ou, então, quando sabíamos que o Deputado fulano de tal iria falar naquele dia, por exemplo, sobre educação, sobre uma reforma no sistema educativo, eu marcava com ele e o entrevistava antes: “*O que o senhor vai falar no Grande Expediente? Quais são os pontos principais do seu discurso?*” Ele passava para mim, e eu já

⁵ Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP

⁶ As sessões deliberativas ordinárias da Câmara dos Deputados são compostas de Pequeno Expediente (popularmente Pinga-Fogo), Grande Expediente, Ordem do Dia (período em que há deliberação - discussão e votação de proposição) e Comunicações Parlamentares. A duração destas sessões, regimentalmente, é de cinco horas.

⁷ Atualmente, cf. Art. 87 do RICD, os deputados inscritos para o Grande Expediente podem falar por 25 minutos cada orador, sendo que a lista dos oradores é organizada mediante sorteio eletrônico. Esse tempo de fala de cada orador variou ao longo do tempo entre 15 e 30 minutos.



fazia. Chegava aqui e, em vez de ir para o plenário, já ia fazendo a matéria. Depois só conferia.

5. A pós-graduação

Fiz pós-graduação na Universidade de Navarra⁸. Tinha me formado na UnB e fui convidada, juntamente com vários jornalistas da América Latina, um ou dois de cada país. Ficamos de 1972 a 1973 fazendo esse curso. Estagiamos em vários órgãos de imprensa importantes da Europa, como *Le Monde*; *BBC* de Londres; rádio de Colônia, na Alemanha; rádio de Luxemburgo; em duas revistas francesas, *Le Point* e *L'Express*. Visitamos a Europa praticamente toda. Em cada país, nós estagiávamos, mesmo por poucos dias, em um órgão de imprensa importante.

Era a única pessoa da Câmara dos Deputados fazendo isso. E do jornal Correio Braziliense também. Foram para lá três ou quatro pessoas. Agora, antes de nós irmos, vieram para cá o Reitor e o Vice-Reitor da universidade e percorreram o País entrevistando os possíveis candidatos. As entrevistas foram em São Paulo. Eu fui com a cara e a coragem, e fui aprovada. Uma pessoa conhecida, que também foi aprovada do setor de rádio, foi o Carlos Monforte⁹. Nesse tempo, ele trabalhava num jornal de Santos. Foi muito bom, muito proveitoso.

6. O trabalho na Assessoria de Comunicação¹⁰

Na equipe dos jornais só tinha homem. Aqui na Câmara dos Deputados era institucionalizado que mulher não trabalhava na imprensa. Primeiro, porque quase não tinha jornalista mulher nessa época. Foi quando fundaram as faculdades de jornalismo que as mulheres começaram a aparecer. Durante muitos anos, era só eu de mulher na Assessoria de Comunicação. Todos os outros eram homens. Nós tínhamos muita ligação com o Comitê de Imprensa, que, praticamente, só tinha homem.

Não enfrentei preconceito. Pelo contrário, era muito bem tratada pelos colegas. Havia preconceito em relação à idade. Como era muito nova e parecia mais

⁸ Programa de Graduados Latinoamericanos – 1972-1973 – Universidad de Navarra.

⁹ Carlos Américo Aguiar Monforte foi jornalista da TV Globo em Brasília, coordenador e apresentador da Globonews e telejornais.

¹⁰ Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP



nova do que era, eu ia entrevistar, às vezes, uma autoridade e ela dizia: “*Minha filha, você já se formou?*”. Ou então dizia assim: “*Olha, esse assunto é muito importante. Será que você poderia trazer aqui antes de publicar para eu ver?*” Eu dizia: “*Trago, sim*”. Mas não levava, é claro. Não podemos fazer isso. Censura prévia? Não. Quando eles viam a reportagem publicada, sempre me elogiavam.

Nunca sofri recusa alguma para entrevista, desde o Presidente da República até o lixeiro. Eu entrevistei o Xá da Pérsia¹¹; o Dr. Barnard, quando ele fez o primeiro transplante, porque ele veio visitar o Presidente da Câmara dos Deputados¹²; a Rainha Elizabeth, quando veio visitar o Brasil¹³. Entrevistei muita gente, inclusive uma cientista, a Dra. Ana Aslan¹⁴. Entrevistava todo mundo. Adoro a minha profissão, adoro ser repórter e redatora.

Eu tive ocasião de aprender muito. Nós nos formamos, mas aprendemos de verdade é na prática, e vamos aprendendo a cada dia mais. Com todas as pessoas nós aprendemos um pouco, até com as mais simples. Lembro-me que fiz uma reportagem, uma vez, com um gari. Esse homem era tão sábio, aprendi tanta coisa com ele, o estilo de vida, o sentido da vida. Era de admirar. Às vezes, pessoas do povo, pessoas humildes, sem instrução, mas com muita sabedoria, é que passam mais conhecimento para nós.

7. O trabalho fora da Câmara

Fui Secretária de Imprensa do Governo do Distrito Federal, e o Alfredo Obliziner¹⁵ foi meu funcionário lá na sala de imprensa do Palácio do Buriti. Ele e Hélder de Souza¹⁶, que também já morreu, grande jornalista. Eles eram meus chefes no *Correio Braziliense* e meus funcionários no Palácio do Buriti.

Minha experiência no Palácio do Buriti foi boa, só não foi melhor porque ocorreu antes da democracia, e tinha que ser conciliado. Também fui assessora de

¹¹ O Xá da Pérsia, Reza Pahlavi, visitou oficialmente o Brasil em 1965.

¹² O Dr. Christian Barnard visitou o Congresso Nacional em 27 de setembro de 1968.

¹³ A Rainha Elizabeth II visitou o Brasil no período de 1º a 10 de novembro de 1968.

¹⁴ Cientista romena que inventou um tratamento de rejuvenescimento à base de Gerovital H3 de grande sucesso no final dos anos 1960 e início dos anos 70. Visitou o Brasil em 1973.

¹⁵ Alfredo Obliziner foi diretor da ADIRP da Câmara dos Deputados e do jornal *Correio Braziliense*. Editor do *Jornal da Constituinte*.

¹⁶ José Hélder de Souza, cearense, foi jornalista do *Correio Braziliense* e escritor.



Armando Falcão¹⁷. Então, era aquele negócio: havia as pessoas que confiavam em mim e me ajudavam quando eu queria ter notícias de alguém para contar às famílias. E houve o convite, pelo Diretor do *Correio Braziliense*, Dr. Edilson Varela¹⁸, para eu ser assessora de imprensa do Ministério da Justiça. Pensei: havia muita gente — muita gente mesmo —, os meus amigos, meus colegas da UnB, cujas famílias estavam desesperadas porque os filhos sumiam. Disse, então, que iria para lá servir o outro lado.

Eu conquistei o Ministro com o meu trabalho, porque ele não falava nada. E acabei conseguindo colocá-lo em contato com a imprensa. Quando ele me pedia algo em cinco minutos, eu era a primeira a chamar o pessoal. Se eles não quisessem ir, eu dizia que não conseguiria outra vez. Quando vi que o Ministro confiava em mim — as prisões e tudo mais passavam pelo Ministério da Justiça —, perguntava a ele. Assim, comecei a ajudar muita gente. Como o negócio ficou muito intenso, eu pedi para voltar. Fiquei só por cinco meses lá, porque não aguentava. Estava vendo a hora de ser presa, porque havia muita coincidência. Era mais no sentido de ajudar.

O Governador neste tempo ainda não era eleito, mas escolhido pelo Presidente da República. Ele tinha vindo do Rio Grande do Sul, Hélio Prates da Silveira¹⁹. E eles fizeram uma lista de jornalistas, tirando aqueles decididamente comunistas. Eu tinha um amigo no Serviço Nacional de Informação (SNI) que dizia que, no SNI, havia uma lista de dez nomes de jornalistas para ser Secretário de Imprensa do novo Governador, e o nome mais cotado era o meu.

Eu sempre fui muito boa aluna na faculdade. Entrei no jornal e fui logo assinando reportagem. Ari Cunha²⁰ gostou muito, Dr. Edilson era meu fã. Ganhei vários prêmios de reportagem. Sempre levei meu trabalho muito a sério, independentemente de coloração política. E esse amigo disse que meu nome estava na frente. Eu dizia que não queria, mas foi o convite para o *Correio Braziliense*. O

¹⁷ Armando Ribeiro Severo Falcão foi Ministro da Justiça durante os governos de Juscelino Kubitschek, no período de 1959-1961, e Ernesto Geisel (1974-1979). A colaboradora se refere ao segundo período.

¹⁸ Edilson Cid Varela, potiguar, jornalista, foi um dos fundadores do jornal *Correio Braziliense* e da TV Brasília.

¹⁹ Hélio Prates da Silveira foi governador do Distrito Federal no período de 1969-1974.

²⁰ José de Arimathéa Gomes Cunha, cearense, jornalista do *Correio Braziliense* desde a fundação do jornal e de Brasília.



Governador foi lá, com todas as honras e pompas, depois veio à Câmara falar com o Presidente para que eu fosse cedida.

Eu estava em começo de carreira e era muito jovem. Muitos me perguntavam se eu era formada mesmo, se tinha 18 anos. Assim, eu procurava ganhar confiança. Aquilo que realmente fosse um segredo de Estado eu não falaria. Mas uma família que estivesse desesperada porque o filho estava sumido eu não iria ajudar? Eu iria!

8. A vivência da ditadura

Eu tive uma experiência particular de repressão na ditadura. Meu marido, por exemplo, foi preso por três vezes. Eu fui denunciada no SNI como colaboradora de Márcio Moreira Alves²¹ só porque um dia levei uns livros que ele mandou para o diretório acadêmico. Eu era do diretório acadêmico de Jornalismo da UnB e escrevia para o jornal do qual Honestino Guimarães²² era diretor. Inclusive, quando ele foi preso, quando ele desapareceu, ele estava com duas reportagens minhas. Por isso fui chamada algumas vezes lá no SNI. Eu era simplesmente funcionária da Câmara e estudante da UnB. Bastava ser estudante da UnB e pertencer ao diretório acadêmico para ser tido como rebelde e comunista. Tudo era comunismo. E havia também os olheiros na universidade. Aqueles que tinham ideias avançadas eram sempre vistos de maneira diferente.

Aqui dentro da Casa não, embora tivéssemos notícia de vez em quando de que havia o quinta-coluna, inclusive em nosso setor. Essas coisas nunca sabemos como começam, quem foi a primeira pessoa que disse. Sei que chegou a mim que eu tivesse cuidado. Sou muito sincera e sempre falo o que penso. Falaram-me que o Fulano de Tal era olheiro do SNI e, como funcionário da Câmara, havia sido contratado pelo SNI para fornecer informações. Houve outra pessoa também, sem ser essa, sobre a qual me alertaram, que denunciou meu marido. Meu marido tinha um programa de televisão, houve um problema na Secretaria de Educação, e ele ficou a favor do povo. Isso foi o suficiente.

²¹ Márcio Emanuel Moreira Alves, deputado federal do MDB –Guanabara (1967-1968 – Cassado). Em setembro de 1968 fez um discurso inflamando contra a invasão da UnB pela polícia militar, o que levou o governo a solicitar licença para processá-lo. A Câmara dos Deputados, todavia, recusou a licença, o que serviu de pretexto para a edição do Ato Institucional n. 5 de 1968.

²² Honestino Guimarães foi presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília e da UNE. Desaparecido político da ditadura de 1964.



Meu marido foi ao aeroporto esperar por um político, e, quando estava saindo, havia duas pessoas do SNI, um de cada lado, esperando por ele. Elas o levaram preso. Na saída, indo para o carro do SNI, meu marido cruzou com um colega diretor da rádio onde ele trabalhava. Meu marido fez o sinal das grades para ele, que avisou a família. Na época, sumiam com as pessoas, não diziam onde elas estavam.

Lá no jornal, como eu disse antes, uma maneira de enfrentar um pouco a ditadura era a seguinte: um colega era preso, e eu tinha uma amizade com uma pessoa que não era do nosso lado, não era democrata — vamos dizer assim —, mas que me respeitava como profissional. Ela me dizia certas coisas que eu poderia dizer, desde que não citasse a fonte. Eu iria entrevistar, por exemplo, um coronel. Dizia que tinha um colega, não sabia onde ele estava preso e que a família queria saber. Aí ele me dizia, e eu escrevia no jornal *Correio Braziliense*: “*Entrevistando o Coronel Fulano de Tal, ele disse que é menos verdade que o Sicrano não está preso em tal lugar, que ele não foi levado por tantas horas*”. Eu dava todo o roteiro, negando.

Na universidade, quando cortaram os direitos políticos dos professores e expulsaram grandes professores que tínhamos, inclusive colocaram vários militares para serem nossos professores, nós não os deixávamos dar aula — gritávamos e batíamos nas carteiras, dentro da sala de aula. Alguns não conseguiam de jeito nenhum. Alguns foram amansando e demonstraram que eram pessoas que estavam naquele lado por força das circunstâncias e não por convicção. Mas os declaradamente do outro lado nós não deixávamos dar aula. Ou fazíamos o seguinte: chegava a hora da aula, e era o professor que nós queríamos — aí tudo bem. “*A segunda aula é a com a Fulana de Tal.*” Se a segunda aula fosse com um professor que não queríamos, a sala saía toda. Ela entrava, e nós saíamos, ficávamos do lado de fora da sala de aula.

9. O surgimento do *Jornal da Constituinte*

Durante a Constituinte já era funcionária aqui, e naturalmente nossa Assessoria foi a encarregada maior de toda a comunicação da Assembleia Nacional Constituinte. Nosso Assessor-Chefe era o Alfredo Obliziner. Decidimos fazer um jornal semanal para dar toda a cobertura para a Assembleia Nacional Constituinte,



para nós divulgarmos o máximo que pudéssemos. Nesse tempo, não havia ainda Internet, celular, nada dessa tecnologia de que nós dispomos hoje, que é instantânea. Era engraçado, porque todo o País participava. No começo era difícil, até tem uma reportagem assinada por mim no *Jornal da Constituinte* dizendo que havia essa grande falha, que o Governo tinha que ajudar a divulgar a Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa mesma época, fui convidada para o terceiro encontro dos ex-alunos da Universidade de Navarra, daquele curso que eu tinha feito na Espanha. Eu fiz, então, um trabalho. Juntei os dois outros rapazes que tinham ido fazer comigo esse curso e propus fazermos um trabalho sobre o papel da imprensa na Assembleia Nacional Constituinte²³, visando exatamente mobilizar todo o País à comunicação entre o Congresso e a sociedade, porque nós tínhamos recém-saídos de uma ditadura. Nós estávamos ávidos por democracia, e queríamos que todo mundo participasse.

Apesar dos pesares, apesar das poucas condições que nós tínhamos de comunicação, nós nos comunicamos bastante, porque Brasília vivia cheia de caravanas, de entidades de classe do interiorzão, das capitais, de todo lugar. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), essas entidades de classe mais importantes, assim como as mais simples, vinham a Brasília, e nós recebíamos todo mundo, entrevistávamos e botávamos no jornal. Depois a Câmara se encarregava de distribuir os exemplares para todas as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Nós mandávamos uma porção a mais, para serem distribuídos a outras pessoas.

Quando o jornal surgiu, todo mundo queria recebê-lo. Nós recebíamos cartas, inclusive às vezes mandávamos para a própria pessoa, para repórter, que mandava pedi-lo. Por exemplo, eu o mandava para a minha cidade, para a Prefeitura. Por minha conta, eu mandava para a Prefeitura e para um jornalzinho que havia lá. Eles davam todas as notícias.

²³ “La prensa em la Asemblea Nacional Constituyente. Mito y realidade”. Apresentação feita no 3er Encuentro Periodistas Lationamericanos - Buenos Aires, 1988.



As pessoas foram se empolgando, porque nós estávamos vivendo aquele clima, estávamos construindo uma democracia. Foi um ponto alto na minha carreira. Eu considero esse o ponto mais alto da minha carreira funcional, porque realmente eu e outros colegas vestíamos a camisa. Todo mundo aqui participava disso. Estavam todos tomados por uma alegria, uma euforia, com a certeza de que estávamos ajudando a construir uma nova ordem. Nós pensávamos no País, no que a Constituinte podia dar para o País, a nova ordem. Pelo menos era isso que eu sentia e sentia também nas pessoas. As pessoas estavam ansiosas por democracia, por liberdade de pensamento, por liberdade de expressão. Isso era uma coisa comum.

Dou a maior importância ao *Jornal da Constituinte* porque fica a documentação. É bom ver o trabalho, porque foi um esforço hercúleo que nós fizemos para fazer as coisas direito. Todo mundo estava interessado em que a sociedade participasse, e o jornal era o meio mais eficaz de participação, porque era mais através dele que se tomava conhecimento do que estava acontecendo. Nós o mandávamos até para a Amazônia.

10. A rotina no *Jornal da Constituinte*

Eu dava três expedientes. Eu morava na Câmara, porque vinha de manhã para acertar entrevistas com Senadores, Deputados, com quem estava por aqui ou alguma caravana. De tarde, fazíamos o programa *A Voz do Brasil*, sem prejuízo das minhas funções, e, à noite, trabalhava no jornal. Vinha muita gente aqui à noite também. Era fervilhante de gente aqui na Câmara. Fazíamos tudo com muita satisfação. Era cansativo, mas não sentia cansaço, sabe como é?

No jornal, distribuía-se uma pauta à noite para o dia seguinte. O Ronaldo Paixão²⁴, Secretário de Redação, fazia a pauta. Às vezes era o Alfredo, Assessor-Chefe, o Dr. Daniel Machado, Diretor da Seção de Rádio, ou o nosso chefe direto, o Airton Porto Nunes, que a faziam. Ele era o chefe direto da Seção de Rádio, que fazia o programa *A Voz do Brasil*.

Todos davam sugestões, os quatro faziam a pauta, e nós íamos para casa, depois da meia-noite, de madrugada, às vezes quase o dia amanhecendo. No dia

²⁴ Ronaldo Paixão Ribeiro



seguinte, de manhã cedo, eu vinha para cá e ia procurar, no Senado, na Câmara, o que estava acontecendo, se tinha chegado algum grupo, alguma caravana. E ia entrevistar também os Deputados e Senadores que estavam por aqui.

Nós escolhíamos a quem entrevistar de acordo com a especialidade. Tem sempre um que é mais especialista no assunto, não é? Por exemplo, em matéria de educação, entrevistei inúmeras vezes o Senador Jarbas Passarinho²⁵, porque ele era muito versado no assunto e tinha muita boa vontade de fornecer as entrevistas. Tinha muita paciência e explicava tudo. Eu o estava sempre entrevistando. Sobre saúde, era aquele outro que fosse mais versado naquele assunto ou um que tinha surgido com uma novidade sobre direitos humanos. Eu procurava. O editor me dava a pauta com os principais assuntos. Mas, fora daquilo, se eu achasse algum assunto interessante, fazia por minha conta. Depois passava pelo crivo.

Recebia a pauta, fazia as entrevistas e voltava à redação para redigir tudo na máquina de datilografia. Quando muito, tinha uma maquinazinha elétrica, quando ela surgiu, mas não tinha celular, não tinha Internet. Era muito difícil.

Eu sempre solicitava um fotógrafo para a entrevista ou reportagem. Havia vários fotógrafos. Então, nós escolhíamos também o assunto, porque tudo era novo. Nós tínhamos a sensação e a certeza de que nós estávamos construindo uma nova ordem para o País. Todo mundo ficou empolgado com isso. Foi um espetáculo muito bonito. Eu não esqueço jamais!

11. As pautas do *Jornal da Constituinte*

No *Jornal da Constituinte* só expressávamos o que se passava aqui, então, não havia censura. Por exemplo, vamos dizer que um parlamentar que fosse muito de esquerda, um comunista e que sugerisse algo. Aquilo que ele sugeria nós tínhamos que publicar, entende? Depois, na feitura da Constituição, eram outros quinhentos. Havia os debates, depois a votação, mas o *Jornal da Constituinte* era para contar tudo, inclusive sobre as pessoas que vinham aqui e davam palpite.

²⁵ Jarbas Gonçalves Passarinho – Senador pelo estado do Pará (1967-1974 – ARENA); (1975-1983 – ARENA); (1987-1995 – PDS). Foi também Governador do Pará (1964-1966) e Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974), Ministro da Previdência Social (1983-1985), Ministro da Justiça (1990-1992) e Presidente do Senado (1981-1983).



Vinha muita gente aqui dar palpite e sugestão para botar na Constituição, e nós levávamos tudo em consideração.

Vinha para cá gente de todos os tipos, de todos os segmentos da sociedade. Vinha artista, autoridades e até artesãos, pessoas do povo mesmo, que trabalhavam na rua, vendendo coisas. Todos queriam, por exemplo, regulamentar a profissão. Um vendedor de bala na rua veio uma vez aqui. Ele vendia bala nas paradas de ônibus e pediu para nós fazermos uma lei. Ele não sabia nem dizer: *“Eu queria pedir para vocês fazerem uma lei para regulamentar nossa profissão de vendedor de bala”*. E nós levávamos o pedido a sério e transmitíamos tudo.

O diretor de redação é quem fazia a distribuição do trabalho. Nós podíamos também, o repórter, tomar a iniciativa: *“Vamos fazer essa reportagem? Eu acho interessante”*. *“Eu recebi essa carta do interior de não sei onde, acho interessante esse assunto, o que você acha?”* Aí ele decidia. Geralmente era aceito. Passava pela mão dele depois e pela mão do assessor-chefe. Todo jornal era revisto por eles.

O diretor do jornal era um deputado²⁶, mas a parte do deputado era mais para oferecer todas as condições físicas para o jornal funcionar, mas sob o ponto de vista da linha do jornal, não. Havia máquina de datilografia, papel e carbono para trabalhar. Nós ainda usávamos carbono.

A redação do *Jornal da Constituinte* era em uma das Comissões, porque não tinha reunião à noite. Não me lembro agora se era a de Agricultura, porque faz muito tempo. Quando tinha, nós mudávamos para outra. Era só nós chegarmos, porque não tinham esses equipamentos. Uma vez produzido o jornal, mandava-se imprimir²⁷.

12. A equipe do *Jornal da Constituinte*

A equipe do *Jornal da Constituinte* era constituída por fotógrafos, diagramadores, ilustradores, repórteres e redatores. Esse pessoal era da Câmara e

²⁶ Marcelo Ribeiro Cordeiro - Deputado Federal pelo estado da Bahia (1979-1983 – MDB); (1983-1987 – PMDB). Na Assembleia Nacional Constituinte foi Primeiro-Secretário e responsável pela divulgação dos trabalhos da Constituinte. No expediente do *Jornal da Constituinte* figura como Diretor Responsável.

²⁷ O *Jornal da Constituinte* era composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal – Cegraf.



do Senado. Por exemplo, Gaetano²⁸, que era um grande ilustrador, era do Senado. E havia diagramador que trabalhava na gráfica do Senado. Mas havia mais gente da Câmara, muito mais. Talvez porque a sede fosse aqui na Câmara, pelo fato de ser maior o plenário, as sessões serem todas no Plenário da Câmara, por ser maior também o número de funcionários da Câmara em relação aos do Senado.

Independentemente do trabalho da Constituinte, eu fazia todo dia o meu trabalho, que era durante a tarde, a cobertura da sessão plenária para o rádio. Essa equipe que fez o *Jornal da Constituinte* foi específica, foi toda escolhida na Assessoria de Comunicação. O meu chefe me perguntou se eu tinha possibilidade, se eu queria. Ele fez uma pré-seleção. Nem todo mundo que trabalhava na Assessoria foi para o *Jornal da Constituinte*. Nem todo mundo! Não foi nem a maioria. Éramos poucos! Por isso trabalhávamos tanto. Uns, porque não tinham tempo; outros, porque achavam que iria ficar muito cansativo; ou porque não se interessaram mesmo. E ele dizia: “*Não quero ninguém obrigado, mas, se aceitar, eu quero compromisso*”. E nós tínhamos que cumprir até o final.

Eu, por exemplo, deixei de trabalhar no *Correio*, porque não tinha condição física. No ano da Constituinte, eu trabalhei em três expedientes, o tempo todo. Larguei o *Correio* e fiquei só com a Câmara. Havia colegas que faziam os dois, mas eram poucos, uns dois, que já eram repórteres credenciados aqui e colaboravam com o *Jornal da Constituinte*. Mas a grande maioria, a quase totalidade era de funcionários da Câmara, do setor de imprensa.

13. A matéria sobre a pena de morte.

Nunca tive matéria recusada. Uma vez, aconteceu o seguinte: não me lembro o nome de um deputado do Rio de Janeiro, muito combativo, que era a favor da pena de morte²⁹. Então, o fotógrafo, o ilustrador Gaetano, do Senado, excelente profissional, pôs a forca e todos aqueles instrumentos de tortura que o pessoal antigamente usava para executar a pena de morte. E, no meio, a fotografia com a

²⁸ Gaetano Ré – servidor do Senado Federal.

²⁹ Fidélis Dos Santos Amaral Netto. Deputado Federal pelo estado da Guanabara (1963-1967 – UDN); (1967-1971 – MDB); (1971-1975 – ARENA); e pelo estado do Rio de Janeiro (1975-1979 – ARENA); (1983-1987 – PDS); (1987-1991 – PDS); (1991-1995 - PDS); (1995-PPR).



matéria da entrevista que eu tinha feito com ele³⁰. Ele foi ao Plenário e desancou o *Jornal da Constituinte*³¹, citou meu nome e tudo. Eu fiquei muito assustada, porque foi logo numa das primeiras reportagens. Meu chefe chegou e disse: “*De jeito nenhum. É bom que eles falem, é sinal de que estamos tocando no ponto certo*”.

Eu já estava no plenário fazendo o meu trabalho para *A Voz do Brasil*. Tinha saído no jornal no dia anterior. Quando cheguei no plenário para dar cobertura para *A Voz do Brasil*, ele começou: “*Tenho aqui, em mão, o Jornal da Constituinte. Que absurdo, Sr. Presidente! Esses instrumentos de tortura como se eu fosse um grande torturador*”. Mas, afinal, ele era a favor da pena de morte.

14. Os limites do *Jornal da Constituinte*

O trabalho no *Jornal da Constituinte* foi se intensificando no final, porque o volume de assunto era maior e havia prazo para escrever a nova Constituição. No começo havia tanto assunto, nós queríamos comunicar tanto, que fomos deixando alguma coisa para depois, se desse, porque não dava para publicar tudo. Se fôssemos publicar tudo que as pessoas mandavam, o jornal seria feito só de cartas.

Apareceram todas as entidades de classe, desde as mais importantes às menos expressivas. Todo dia elas estavam aqui. Era gente de todo jeito! Vinham grupos do Rio Grande do Sul, do Amazonas, do Ceará, de Mato Grosso, do Paraná, de Santa Catarina. Vinha de todo lugar! Todo dia havia gente aqui procurando saber as coisas, querendo inserir algum artigo na Constituição. Nós ouvíamos todo mundo e publicávamos algumas coisas.

O diretor de redação é que decidia por intuição jornalística o que publicar; nós já fazíamos uma peneira. Não era uma discriminação, mas uma peneira, porque existem coisas completamente sem sentido. Depois, havia o filtro do diretor de redação. O espaço da imprensa era precioso, ainda mais naquele tempo, quando praticamente só se contava com o jornal.

O jornal era semanal porque não havia condição. Nós eramos funcionários e tínhamos que fazer a nossa parte, que era dar cobertura à sessão, à tarde, todos os dias. O programa *A Voz do Brasil* é diário, só não há no fim de semana. Era por falta

³⁰ VALDIRA, Maria. A pena de morte vale a pena? *Jornal da Constituinte*, Brasília, 15 a 21 de junho de 1987, n. 3, p. 8-9.

³¹ Cf. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 18 de junho de 1987, p. 2754.



mesmo de condição. Não havia pessoas de fora contratadas para trabalhar no *Jornal da Constituinte*. Éramos apenas nós. Já éramos servidores e ganhávamos o extra. Foi um tempo muito bonito. Foi muito trabalho, mas havia muito entusiasmo, muita euforia e muita alegria, além de muita convicção de que queríamos mudar. Havia o espírito de mudança para melhor. Todos eram muito bons. Havia um menino muito jovem, Humberto³². Ele era bom demais! Há várias reportagens dele. Mas havia outros muito bons que também assinavam o *Jornal da Constituinte*. Os mais experientes eram os chefes, como o Alfredo. Inclusive, Alfredo Obliziner foi meu diretor de redação no *Correio Braziliense*. Todos gostavam muito de mim, porque eu gostava de escrever e de fazer reportagem. Eles adoravam! A reportagem sempre requeria mais esforço, mais peso, e era sempre o assunto principal da semana, o assunto que estava em relevância naquele momento.

Eu sinto muito orgulho de ter participado do *Jornal da Constituinte*, de ter dado uma colaboração boa, e o fiz com muita alegria, com plena consciência, mesmo sacrificando outras partes da minha vida. Considero, inclusive, o auge da minha carreira essa participação na Constituinte e no *Jornal da Constituinte*.

15. Os veículos de divulgação da Constituinte.

Eu trabalhava na rádio, mas fazia a parte de redação. Meu marido é que às vezes fazia a parte de locução, mas já tinha os locutores determinados da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Eles, em geral, eram da rádio. As matérias que iam para a rádio eram feitas por nós. Eles também aproveitavam a seção do boletim. Um boletim diário da Câmara³³, que era distribuído para a imprensa no final do dia. Por exemplo, a sessão estava terminando e ele era distribuído nos diversos órgãos de comunicação, em rádios, em jornais. Era uma resenha do que aconteceu durante o dia.

Havia um departamento dentro da Assessoria que fazia o boletim. Esses não escreviam para a rádio, escreviam o boletim. Às vezes, nós, que eramos da rádio, também escrevíamos no boletim. Às vezes havia matéria demais, e o pessoal não dava conta. O nosso chefe confiava muito em nós e dizia: *"Dá uma ajuda aqui! Dá*

³² Humberto Moreira da Silva Martins Pereira, jornalista da Câmara dos Deputados, com atuação na *Voz do Brasil* e no *Jornal da Constituinte*.

³³ Trata-se do Boletim da Constituinte, disponível no acervo da Constituinte da Câmara dos Deputados.



uma ajuda aqui!” Era para apressar o boletim, porque às vezes atrasava, a sessão sempre se prorrogava, mas o principal ia. Era uma maneira de divulgar os trabalhos da Câmara. Não participávamos do *Diário da Constituinte*³⁴. Tinha outra turma que era encarregada só da TV.

16. A ética na Comunicação

Esse curso que nós fizemos, pós-graduação³⁵, foi muito válido. Ainda que fosse só por isso, ele teria sido muito válido, porque eles enfocavam muito a questão da ética e a questão da corrupção. Naquele tempo, nós já estávamos temendo os efeitos da falta de ética e da disseminação da corrupção. Então, foi muito importante isso. Tivemos grandes professores e jornalistas antigos atuantes na Europa, no *Le Monde*. Por exemplo, o Jean-Jacques Servan-Schreiber³⁶, do *Le Monde*, era um dos nossos professores. Então, eles vinham de outros países para dar, às vezes, uma aula particular para nós, só para o nosso curso.

Todos eles focavam muito a questão de ética, da transparência, da não-mentira na comunicação. Eles batiam muito nessa tecla, para que nós, quando voltássemos, fizéssemos isso no nosso País, junto às autoridades, porque elas diziam uma coisa, e aquilo era bem diferente, tipo informação falsa, informações enganosas.

O jornalista tem que ser um apóstolo. Ele pode sofrer as consequências, mas não pode dar uma informação falsa nem enganosa. Ele tem que levar em conta, em primeiro lugar, a ética. Nós tivemos um excelente professor de ética, iugoslavo, o Dr. Luka Brajnović³⁷. Ele é, inclusive, autor de vários livros sobre ética. Foi ex-detento de campo de concentração, de três, uma pessoa que sofreu muito, mas um professor maravilhoso. Ficaram muito marcados em nós, que fizemos esse curso, os ensinamentos dele. Refiro-me à questão da ética, de o jornalista ser fiel à matéria,

³⁴ Diário da Constituinte foi um programa de televisão feito pela Assembleia Nacional Constituinte e divulgado diariamente, em dois horários, em rede de televisão nacional. V.

<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18/browse>

³⁵ Programa de Graduados Latinoamericanos – 1972-1973 – Universidad de Navarra – España.

³⁶ Jornalista e político francês, trabalhou no jornal *La Monde* e foi um dos fundadores do semanário *L'Express*.

³⁷ Escritor, jornalista e professor universitário, com larga atuação na Universidad de Navarra, que criou o prêmio Luka Brajnovic para jornalistas e outros comunicadores defensores dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.



ser fiel aos fatos e, quando desconfiar da falsidade da fonte, declarar e ir atrás da verdadeira notícia.

Essa preocupação era global, era coletiva essa preocupação no *Jornal da Constituinte*. Isso que eu estou falando, foi um espetáculo muito bonito, porque havia união. Parecia que todo mundo tinha “descoberto a margarida”.

17. A divulgação da Constituinte

No começo, não estavam divulgando a Constituinte. Até, se não me engano, fiz uma reportagem sobre isso, uma dessas assinadas, porque a imprensa não estava acreditando nessa Assembleia. Mas, do meio para o final, ela empolgou todo mundo. Mas no começo tivemos muita dificuldade. Nós mandávamos a matéria, a grande imprensa não dava muita importância. Depois foi acontecendo, viram que o negócio pegou mesmo e que estava todo mundo envolvido com esse objetivo de dar uma nova ordem democrática ao País, de progredirmos, de servimos de exemplo para os outros. Tanto que eu levei esse trabalho no terceiro encontro dos ex-alunos da Universidade de Navarra, porque lá estava reunida a imprensa de todos os países da América Latina. Esse trabalho foi divulgado lá. Nossos trabalhos foram vistos até pelo Presidente da Argentina, que era Raúl Alfonsín³⁸, na época. Começaram a se empolgar e a ver que, realmente, a Assembleia Nacional Constituinte não era só o nome, era para valer, para dar uma nova ordem ao País.

Nós tínhamos que mandar as matérias produzidas pelo boletim para a imprensa. Aqui em Brasília se concentra a grande imprensa. Nós mandávamos na esperança de que eles reproduzissem, procurassem falar sobre aquele assunto nos seus respectivos jornais e sucursais. No começo, eles não davam muita importância, mas, depois, ficavam procurando.

A imprensa fazia muita questão de receber o jornal. A imprensa estava aqui dentro também, junto. Não havia competição. Isto é o que eu achei mais interessante: aquele estado de euforia, de alegria que nós estávamos, porque tínhamos consciência de que se estava construindo a democracia. Não tinha esse despeito, essa contradição. Estávamos todos trabalhando em prol da mesma causa.

³⁸ Raúl Ricardo Alfonsín Foulkes foi presidente da Argentina entre 1983 e 1989.



Surgisse de onde surgisse aquela matéria nova, dávamos todo o apoio se ela valesse a pena.

18. O processo, os debates e os temas da Constituinte

Havia muita resistência em relação à Constituinte por parte de alguns Parlamentares que eram de acordo com a antiga ordem. Havia muita resistência principalmente nessa parte de direitos humanos. Uma das coisas que a nossa Constituição mais enfatizou foi a garantia dos direitos humanos, a garantia de expressão, a garantia de pensamento, de credo, essa questão do preconceito também e a questão da segurança no trabalho. Como sempre, a educação, a saúde e a segurança foram os temas principais e em que houve mais reformas.

Os debates eram calorosos, nas Comissões. Não ficávamos sem notícia. Se saíssemos do plenário, podíamos passar por cada Comissão, que ela estava reunida. O pessoal comparecia mesmo, em peso, o público vinha. Às vezes precisava até organizar, porque não cabiam todos nas Comissões. O público vinha, queria interferir.

Houve muita polêmica em termos do mandato do Presidente, que foi prorrogado por mais um ano, no tempo do Presidente José Sarney. Houve muita polêmica, mas acabou passando. Em nosso País, ainda não tínhamos maturidade para um parlamentarismo, tanto que houve aquele ensaio com Tancredo Neves – Aliás, o Dr. Tancredo Neves era uma pessoa superacessível, eu o entrevistei muitas vezes! Esse meu primo que era jornalista era muito amigo dele, abraçava-o. Ele entrava no gabinete dele e me levava junto. Tancredo era uma pessoa simplíssima e muito sábia. Ele foi Primeiro-Ministro, mas não durou, porque nós ainda não temos tradição política suficiente³⁹.

A direção era essa na Constituinte, tanto que também há uma reportagem dizendo: *Parlamentarismo ou presidencialismo?* Ouvi de um lado e de outro⁴⁰. Havia muitos a favor e muitos contrários. Pessoalmente, pendia mais para o presidencialismo, porque achava que não havia muita maturidade para se manter

³⁹ O último período parlamentarista no Brasil foi de 1961 a 1963. Tancredo Neves foi primeiro-ministro de setembro de 1961 a julho de 1962.

⁴⁰ Apaixona, divide. Vai a voto. Mesa-Redonda. **Jornal da Constituinte**. Brasília, de 31 de agosto a 6 de setembro de 1987, n. 14, p. 4-7.



um gabinete, como na Inglaterra, onde o pessoal é muito firme na sua ciência política, as pessoas são politizadas. Em nosso País ainda há muito analfabeto. Muita gente é alfabetizada, mas é alfabetizada funcionalmente, e até hoje há muito disso. Então, nós precisamos amadurecer essas coisas todas, mas, com boa vontade, dá certo. Parlamentarismo é uma boa, como se vê na Inglaterra até hoje.

Na Constituinte havia emenda de todo jeito, principalmente sobre direitos humanos — muita emenda! Era uma enxurrada de emendas! Havia um departamento só para selecionar as emendas⁴¹, com aqueles Deputados que se dedicavam mais a esse assunto. Mas havia emendas de todo jeito. Não posso nem lhe dizer, porque era emenda demais. Foi difícil depois conter isso na Constituição, porque ela não pode ser muito extensa.

Para o nosso País, a Constituição ficou de bom tamanho, mas sou a favor de menos leis e de mais cumprimento das leis, porque lei nós temos demais, o que falta é cumprir, é a prática delas. “*Se não deu certo um aspecto, faz-se outra lei.*” Não é assim! Eu acho que tem que ser, como dizia meu pai, curto e grosso o discurso. Tem que haver aquelas linhas básicas, fundamentais na vida política, e, a partir daí, as inferências.

Havia certa tensão entre o Governo e a Constituinte porque o Executivo sempre queria o poder, queria ter mais poder do que o outro. Sempre reivindicava de maneira disfarçada. Mas havia muita gente boa, muita gente atenta a isso. Havia grandes nomes. Destacaria o Senador Jarbas Passarinho, o Senador Severo Gomes⁴², o jurista Bernardo Cabral⁴³. Havia muito debate, muito estudo. Não era fácil, mas dava certo no final.

⁴¹ Foram recebidas 72.719 sugestões de cidadãos (SAIC - Sistema de Apoio Informático à Constituinte) e 12.000 de constituintes e entidades representativas (SGCO - Base de Sugestão dos Constituintes). Todas as sugestões estão disponíveis para consulta em Constituição Federal – Processo Constituinte - http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

⁴² Severo Fagundes Gomes – Senador pelo estado de São Paulo (1983-1991 – PMDB).

⁴³ José Bernardo Cabral. Deputado Federal pelo estado do Amazonas (1967-1969 – MDB; 1987-1991 – PMDB); Senador pelo estado do Amazonas (1995-2003 – PFL). Relator da Comissão de Sistematização (1987-1988) e da Comissão de Redação (1988).



19. O Centrão⁴⁴.

O Centrão não era essa coisa terrível que a imprensa pintou e que se espalhou a notícia. Era como se tivessem escolhido todo mundo de extrema direita e colocado no Centrão. Mas não era assim. Havia gente de todo jeito, de várias categorias. Uns, às vezes, tinham ideias mais avançadas; outros, menos avançadas; outros eram mais acomodados. Naturalmente, com o tempo, o negócio vai se degenerando até acabar. O mal, por si só, se desfaz.

O pessoal já vinha, inclusive, viciado. Mesmo não sendo a favor da ditadura, já acostumado a viver há 20 anos naquele clima ditatorial, sempre acusava aqueles mais avançados nos direitos humanos, nos sindicatos, nessas coisas, de serem comunistas, que estavam querendo fazer uma Constituição comunista, mas ela não foi. Ela não foi nem centrista, nem do Centrão, ela ficou bem equilibrada.

20. Ulysses Guimarães

O Dr. Ulysses Guimarães foi uma pessoa muito respeitável. Ele era muito sábio e conduzia essa Assembleia com uma maestria sem igual. Primeiro, ele era um grande articulador e uma pessoa muito ética — muito ética! Essa era a principal qualidade dele. E era muito dedicado. Ele nasceu para ser político. Era uma questão de talento, de vivência, de experiência. Ele era também muito moderado e conciliador. Foi um grande estadista. Muito bom! Eu tinha uma admiração enorme por ele. Ele era muito acessível. Respeitava muito as pessoas. Recebia todos com atenção, fosse a grande ou a pequena imprensa. Ele prestigiava todos, sem puxar o saco. Ele prestigiava, ele dava condições, ele atendia, ele não se recusava a atender de jeito nenhum.

21. O parlamento ontem.

Quando eu entrei na Câmara, havia grandes nomes, havia poetas, como o autor do *Juca Mulato*, Menotti Del Picchia⁴⁵. E havia outros grandes cientistas e

⁴⁴ Grupo de parlamentares de diversos partidos que se identificavam com propostas de centro e de direita, criado para dar apoio ao governo Sarney na Assembleia Nacional Constituinte.

⁴⁵ Paulo Menotti del Picchia. Poeta e deputado federal pelo estado de São Paulo (1951-1955; 1955-1959; 1960-1963 – PTB).



políticos de vocação. Tivemos grandes nomes aqui no Parlamento, como San Tiago Dantas⁴⁶. Havia muita gente boa. O Parlamento era de altíssimo nível.

Estava, inclusive, lembrando de uma reportagem que fiz em que dizia que era fácil fundar um partido sem democracia. Mas aí caiu naquela mesma questão de que falei, o parlamentarismo. Ainda não temos amadurecimento suficiente. Então, abriu-se a mais partidos, mas agora há partido demais. Não é assim! A virtude está no meio.

Isso é igual aos sindicatos. Nos países desenvolvidos que têm democracia, há no máximo dez sindicatos. No Brasil, há milhares. E não é assim! Não é por aí! As pessoas têm que ter a dose certa da coisa, porque, senão, começam a desvirtuar. Já não se faz sindicato para defender uma classe. Aparentemente é isso, mas são outros motivos.

17. Avaliação da Constituição

No dia em que foi promulgada a Constituição, foi uma coisa linda. Quando o Dr. Ulysses Guimarães levantou a Constituição e disse: *“Esta é a Constituição Cidadã!”*. Nossa! Todo mundo chorou. Eu estava no plenário, chorei muito e choro até hoje. Foi muito emocionante!

Quando houve a promulgação da Constituição, foi uma beleza, depois o negócio foi degradingando, mas era muito boa a Constituição. Houve muita coisa importante aprovada, principalmente na questão dos direitos humanos, porque estávamos saindo de uma ditadura em que tudo era contra o cidadão, tanto que a Constituição foi chamada de Constituição Cidadã.

Só havia uma coisa, e eu até falei com o Dr. Ulysses Guimarães — outras pessoas mais importantes do que eu também falaram, é claro —, a Constituição abria muito, financiava muito tudo, sem ter a fonte de recurso. Foi muito liberal neste sentido: *“Você tem direito a isso, tem direito àquilo.”* E isso, na prática, não era bem assim, não ia dar para fazer daquele jeito. Tanto que o problema continua na educação, na saúde. Depois, o negócio foi degenerando de tal maneira que a corrupção se estendeu para todo lado.

⁴⁶ Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Deputado Federal pelo estado de Minas Gerais (1959-1963 e 1963-1967). Ministro de Relações Exteriores (1961-1962) e Ministro da Fazenda (1963).



Um dos pontos básicos da democracia é a honestidade e a ética. Sem isso, fica difícil darmos a volta por cima. Por exemplo, o Senador Severo Gomes disse: *“Nenhum país dá a volta por cima e se torna um país de verdade, politicamente forte, com as instituições democráticas fortes, firmes, se ele não educa toda uma geração”*. Ele ainda disse: *“Em 14 anos, aqui no Brasil, se houver uma educação nacional, nós mudaremos este País. Pode ser a maior potência do mundo”*. Isso nunca aconteceu, e nunca aconteceu por causa da corrupção.

Nós precisamos de instrumentos mais fortes no combate a esse aspecto. As pessoas devem ter mais convicção política, é a questão do cidadão mesmo, da consciência do cidadão.

18. Servidora da Câmara.

Eu amei trabalhar na Câmara, vestia a camisa. Eu gosto da Câmara, agradeço a Deus, todo dia, por ter escolhido o concurso da Câmara e me tornar estável. Aposentei-me aqui⁴⁷. Eu quero agradecer aos senhores por terem me chamado aqui a fim de dar este testemunho, que eu fiz com muito prazer, com muita alegria.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA

- 1 Data: 05/06/2017
2. Local: Plenário 16
3. Duração: 1h12
4. N° do arquivo: 002
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo Cosson
6. Entrevistador: Rildo Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: Luiz Felipe Matos (Diretor); Lia Tavares (Produtora); Ulov Flamínio (Cinegrafista); Roberto Bispo (Auxiliar de Cinegrafista).
8. Fotografia: Gilmar Félix da Silva Jr.
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 03/07/2017
11. Responsável pela edição de texto: Rildo Cosson

⁴⁷ Maria Valdira Bezerra foi servidora da Câmara dos Deputados no período de 30 de abril de 1962 a 01 de fevereiro de 1991.